

# Proposta de construção e validação de escala para preferências ideológicas do eleitorado

Proposal for construction and validation of scale for ideological preferences of the electorate

Propuesta de construcción y validación de escala de preferencias ideológicas del electorado

 **JOSÉ IRAN BATISTA DE MELO FILHO**

Doutorando em Administração  
Programa de Pós-graduação em Administração  
da Universidade Estadual do Ceará - Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-8091-2311>  
Correio eletrônico: [irandemelo.idm@gmail.com](mailto:irandemelo.idm@gmail.com)

 **EZEQUIEL ALVES LOBO**

Doutorando em Administração  
Programa de Pós-graduação em Administração  
da Universidade Estadual do Ceará - Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-4004-3470>  
Correio eletrônico: [ezequiellobo2013@gmail.com](mailto:ezequiellobo2013@gmail.com)

## **Cómo citar este artículo en APA:**

Batista de Melo Filho, J., Alves Lobo, E., Buarque, B. y Pareja, J. (2022). Proposta de construção e validação de escala para preferências ideológicas do eleitorado. *Analecta Política*, 12(23), 01-30. doi: <http://dx.doi.org/10.18566/apolit.v12n23.a04>

**Fecha de recepción:**  
02.02.2022

**Fecha de aceptación:**  
28.04.2022

2 | José Iran Batista de Melo Filho, Ezequiel Alves Lobo,  
Brenno Buarque, José Leonel Pareja Credidio  
Proposta de construção e validação de escala para preferências  
ideológicas do eleitorado

 **BRENNO BUARQUE**

Doutorando em Administração  
Programa de Pós-graduação em Administração  
da Universidade Estadual do Ceará - Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6656-9759>  
Correio eletrônico: brenno\_buarque@hotmail.com

 **JOSÉ LEONEL PAREJA CREDIDIO**

Mestre em Administração  
Programa de Pós-graduação em Administração  
da Universidade Estadual do Ceará - Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-3076-9430>  
Correio eletrônico: leonelcredidio@gmail.com

## Resumo

O objetivo do estudo é propor um modelo para construção e validação de uma escala capaz de agrupar preferências ideológicas. Primeiramente, foi proposta uma escala na qual a ideologia é categorizada em três aspectos: civil, moral e econômica. Posteriormente foi realizado o julgamento desta escala por 6 especialistas. Após estas etapas, procedeu-se com a aplicação do questionário que obteve 110 respostas visando a validação da escala, os resultados obtidos do Alfa de Cronbach e dos indicadores da Análise Fatorial Exploratória -AFE se mostraram promissores, após o tratamento da escala. Da AFE resultaram três fatores: Conservado nos Costumes e Liberal na economia; Intervenção e Assistência Estatal e A Esquerda Conservadora, denota-se que dentro dos fatores houve contradição dos indivíduos quanto ao seu posicionamento ideológico. Ademais, Tarouco e Madeira (2013) argumentam, que os partidos carregam suas ideologias, sendo os de esquerdas breacionados a regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do estado de bem estar social e defesa a classe operária; enquanto que os partidos com preferências ideológicas de direita se posicionam com: menções positivas as forças armadas, livre mercado, ortodoxia econômica, limitação ao assistencialismo e referências favoráveis à classe empresarial.

**Palavras Chaves:** Preferências ideológicas, Construção, Validação de Escala, Identificação Partidária, Ideológica, Eleitor.

## Abstract

The aim of the study is to propose a model for the construction and validation of a scale capable of grouping ideological preferences. First, a scale was proposed in which ideology is categorized

into three aspects: civil, moral and economic. Subsequently, 6 experts judged this scale. After these steps, we proceeded with the application of the questionnaire that obtained 110 answers aiming at the validation of the scale, the results obtained from Cronbach's Alpha and the indicators of the Exploratory Factor Analysis -AFE proved to be promising, after the treatment of the scale. AFE resulted in three factors: Conserved in Customs and Liberal in the economy; State Intervention and Assistance and The Conservative Left, it is noted that within the factors there was contradiction of individuals as to their ideological positioning. In addition, one of the judges proposed to include a question about party identification. The results, although not representative due to the size of the sample, indicated a contradiction at times between the grouping of voters around their ideological preferences and their party identification.

**Keywords:** Ideological Preferences, Scale Construction, Validation; Party identification, Ideology, Voter.

## Resumen

El objetivo del estudio es proponer un modelo para la construcción y validación de una escala capaz de agrupar preferencias ideológicas. En primer lugar, se propuso una escala en la que la ideología se categoriza en tres aspectos: civil, moral y económico. Posteriormente, 6 expertos juzgaron esta escala. Luego de estos pasos, se procedió a la aplicación del cuestionario que obtuvo 110 respuestas con el objetivo de la validación de la escala, los resultados obtenidos del Alfa de Cronbach y los indicadores del Análisis Factorial Exploratorio -AFE resultaron prometedores luego del tratamiento de la escala. AFE resultó en tres factores: Conservado en Aduanas y Liberal en la economía; Intervención y Asistencia del Estado y la Izquierda Conservadora, se advierte que dentro de los factores hubo contradicción de los individuos en cuanto a su posicionamiento ideológico. Además, uno de los jueces propuso incluir una pregunta sobre la identificación del partido. Los resultados, aunque no representativos por el tamaño de la muestra, indicaron en ocasiones una contradicción entre la agrupación de votantes en torno a sus preferencias ideológicas y su identificación partidista.

**Palabras clave:** Preferencias ideológicas, construcción, validación de escala, identificación de partidos, Ideología, Votante.

## Introdução

A teoria do comportamento do eleitor é estudada dentro do marketing político como uma estratégia explicativa para a tomada de decisão do voto. Com foco de estudo voltado para essa teoria, tem-se quatro correntes teóricas: sociológica; escolha racional, psicossociológica e espacial (Almeida, 2018; Izumi, 2019).

Para a corrente sociológica, o indivíduo baseia seu voto de acordo com seu contexto social e interpessoal, a partir do entendimento comum ideológico do grupo ao qual está inserido, dessa forma, votaria pelo grupo e com o grupo (Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1948; Telles & Storni, 2011; Silvia & Mainardes, 2018).

Já para a corrente da escolha racional, de acordo com Barros, Sauerbronn e Ayrosa (2011) e Lau e Redlawask (2008), a decisão do voto se dá a partir da percepção do indivíduo quanto ao máximo de retorno que obterá com sua escolha, ponderando sua decisão de forma racional e com máxima identificação com os princípios ideológicos do candidato e partido.

Na corrente psicossociológica, a decisão do voto está para além da estrutura que o indivíduo está inserido, o principal pressuposto dessa teoria é que, os eleitores tendem a expressar os seus votos a partir da identidade partidária que possuem, sendo que tal identidade pode ser herdada da família ou na socialização. Nessa corrente, a característica ideológica perde relevância e a identificação partidária ganha espaço (Popkin, 1991; Sniderman, Brody & Tetlock, 1991; Telles, Lourenço & Storni, 2009; Telles & Storni, 2011; Almeida, 2018).

Apesar dessas contribuições teóricas, a ideologia não pode ser raciocinada como um constructo observável fixo e determinístico, isso se prova devido ao fato de indivíduos que se autodeclaram de esquerda, mas são favoráveis com alguns temas que possuem características de pensamento de direita, tornando-se contraditórios em seus posicionamentos (Telles, Lourenço & Storni, 2009; Rothbard, 2016).

Izumi (2019) contribui com essa perspectiva de contradição ideológica do indivíduo com a pressuposição que o processo de decisão do voto teria um comportamento espacial e variável de acordo com as atitudes ideológicas tomadas pelo indivíduo em relação a temas específicos, podendo essa atitude variar de acordo com o tema abordado. Portanto, para o autor, o eleitor não direciona o seu voto de forma determinística em relação ao posicionamento ideológico do candidato.

Nesse conceito espacial proposto por Izumi (2019), o eleitor optará pelo candidato que possuir uma maior quantidade de temas ideológicos semelhantes aos seus, não se torna necessário que haja concordância entre o eleitor e o candidato em todos os temas, mas sim uma maior proximidade de preferências.

Oliveira e Turgeon (2015) e Amendola (2016) apontam, que como contribuição para estudos futuros sobre o tema, deve-se ampliar o conceito de esquer-

da e direita, com a inclusão de temas mais modernos como tópicos sobre casamento homossexual, liberação das drogas, aborto, porte armas, pena de morte, dentre outros.

Ademais, os instrumentos de coordenadas políticas frequentemente utilizados em estudos no Brasil, referem-se a contextos já desatualizados e costumam estar relacionados em conjunto com eleições específicas (Telles et al. 2009; Telles & Storni, 2011; Oliveira & Turgeon, 2015).

Dessa forma, surge o questionamento de como agrupar as preferências ideológicas e identificação partidária do eleitor, no contexto atual? Essa pesquisa logrou responder essa pergunta, por meio de uma proposta para construção e validação de um instrumento com escalas nominais e intervalares, no qual a ideologia foi discutida em torno de três categorias: civil, moral e econômica.

Portanto, o objetivo desse artigo é propor um modelo para construção e validação de uma escala capaz de agrupar as preferências ideológicas. Além dessa introdução o estudo se divide em mais cinco seções. Na seção seguinte será abordado o tema sobre a ideologia da política brasileira, seguido da construção e delimitação do constructo ideológico. Na quarta seção será descrito o percurso metodológico, seguido da apresentação dos resultados e por fim as considerações finais.

## **A ideologia política brasileira**

Para Carreirão (2007), Carreirão (2008), Telles, Lourenço e Storni (2009) e Barros et al. (2011), Telles e Storni (2011) e Oliveira e Turgeon (2015) o eleitor brasileiro não vota de acordo com suas escolhas ideológicas e não possui identificação com partidos ou candidatos. Para esses autores existe uma irracionalidade presente na escolha, que não está correlacionada somente aos estratos mais baixos da população.

Oliveira e Turgeon (2015) argumentam, que o eleitorado médio brasileiro não entende os significados de esquerda e direita e que existe um deslocamento entre as preferências políticas do autoposicionamento do eleitorado, não havendo um constrangimento ideológico em apoiar determinada política pública antagônica ao seu eventual posicionamento de direita ou de esquerda, justificando dessa forma, que a ideologia não estrutura o comportamento político do eleitor brasileiro.

Contudo, Almeida (2018) observou, que as eleições brasileiras seguiam um padrão de votação, sendo a região do norte e nordeste mais favorável a partidos de esquerda e a região do sul e sudeste mais favoráveis a partidos de direita.

Barros et al. (2011) complementam, que atributos como elementos afetivos, amizade, imagem e gosto se sobressaem à identificação partidária ou clientelistas tradicionais, o que favorece a influência da mídia na decisão do voto e dos instrumentos do marketing político.

Entretanto, Tarouco e Madeira (2013) argumentam, que os partidos carregam suas ideologias, sendo os de esquerdas relacionados a regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do estado de bem estar social e defesa a classe operária; enquanto que os partidos com preferências ideológicas de direita se posicionam com: menções positivas às forças armadas, livre mercado, ortodoxia econômica, limitação ao assistencialismo e referências favoráveis à classe empresarial.

Os autores também advogam, que no caso do Brasil, com as grandes diferenças sociais pode-se considerar também que de alguma forma ganham espaço as questões pós-materialistas, como o debate étnico, ambiental e moral.

Izumi (2019) e Fuks e Marques (2020) advogam, que apesar dos aspectos afetivos de “personalismo”, tais como carisma, gênero e desempenho, no caso de uma continuidade ou sucessão do candidato influenciar na decisão de voto do eleitor, outros fatores são relevantes, tais como os que dizem respeito a proximidade das preferências ideológicas dos eleitores com os temas defendidos pelos candidatos, independentemente do nível de sofisticação do eleitor.

O estudo sobre a corrente espacial do voto de Izumi (2019) e o trabalho sobre o contexto e voto de Fuks e Marques (2020) apontam para uma nova perspectiva de pesquisa sobre fatores que condicionam o comportamento do eleitor e contrariam a literatura existente que defende que a ideologia não é um componente estruturante para direção do voto do eleitor (Converse, 2006; Carreirão, 2007, 2008; Telles et al. 2009; Barros et al. 2009; Telles & Storni, 2011; Oliveira & Tuergeon, 2015).

De acordo com Downs (1957), Hinich e Munger (1994), Lodge, Steenberg e Brau (1995), Lau e Redlawsk (2006), Singer (1999), Rothbard (2016) e Izumi (2019) não é preciso que os eleitores tenham alta sofisticação de raciocínio sobre o seu voto, tão pouco um pensamento lógico sistematizado para que consigam

tomar uma decisão de acordo com postulados próximos das suas preferências expostos pelo candidato, o que permite que mesmo não conseguindo refletir sobre as políticas públicas adotadas pelos governos, os eleitores consigam tomar decisões boas o bastante e ponderar suas escolhas ideologicamente sobre determinados temas.

Rothbard (2016) reforça que, as contradições das escolhas comportamentais ideológicas são inerentes aos indivíduos que ao se posicionarem ideologicamente à direita ou à esquerda acabam, por vezes, concordando com temas contraditórios ao seu posicionamento ideológico.

Portanto, a ideologia como apresentada por Izumi (2019) e Fuks e Marques (2020) serve como um artefato que proporciona a construção de um atalho informacional para a direção do voto do eleitor, sem levar em pauta outros aspectos. O seu principal pressuposto é que indivíduos diante de duas ou mais escolhas preferirão aquela que estiver mais próxima de suas visões.

Para mais, Silvia e Mainardes (2018) esclarecem, que os eleitores são capazes de modificar o sistema político imposto e que o seu comportamento estabelece quem vai governar, além de direcionar a democracia. Dessa forma, tendo os eleitores preferências ideológicas sobre determinados temas, se torna primordial que os candidatos alinhem os seus posicionamentos de acordo com as preferências ideológicas dos seus eleitores.

## **Constructo ideológico**

De acordo com Lucian e Dornelas (2014), alguns modelos, teorias e construtos foram criados com o intuito de proporcionar suporte para as tomadas de decisão e, dentre os instrumentos propostos para mensurá-los, tem-se as escalas como as relacionadas com a atitude que trata de um conjunto de comportamentos predefinidos de uma pessoa sobre algo.

Costa (2011) realça, que as escalas nas ciências sociais e comportamentais possuem seu maior potencial de desenvolvimento, justamente na medição de constructos relacionados com aspectos tais como, opiniões, atitudes e percepções.

O constructo que se espera mensurar nessa pesquisa trata-se da ideologia, como sendo um conjunto de preferências de comportamentos predefinidos de

um indivíduo sobre algo, um objeto de interesse que apresenta variações que condicionam quantificações e classificações que, no entanto, não permite mensurações de forma direta, o que implica em classificá-lo como um constructo latente (Costa, 2011).

Em administração e no marketing é recorrente o constructo ser de natureza abstrata como é o caso da ideologia, assim algumas estratégias foram elaboradas com o intuito de minimizar o erro de mensuração, entre elas, tem-se a avaliação por múltiplas variáveis que remetem ao mesmo constructo. Churchill (1979), DeVellis (1991) e Rossiter (2002) recomendam que se tenha uma definição clara do domínio do constructo e de suas dimensões.

Em um levantamento feito na literatura sobre as definições de ideologia, Sainsbury (1986) apresenta sete atributos do constructo, a saber, o primeiro atributo se refere ao compartilhamento de ideias, concepções e valores que se sustenta em crenças de um determinado grupo. O segundo atributo estaria relacionado a estabilidade ideológica, de uma maneira duradoura, onde o constrangimento ideológico impõe a permanência em determinado posicionamento coerente com a ideologia adotada.

Ainda segundo o autor, o terceiro aspecto ideológico ocorre de forma sistemática na qual a ideologia passa a ser uma congregação de ideias e crenças que possuem consistência, a ideologia passa a ser vista como uma atitude isolada. O quarto atributo diz respeito ao romantismo ideológico da crença intensa e apaixonada. O quinto ponto atribui a ideia de uma ideologia própria da sociedade de forma abrangente. O sexto ponto caracteriza a ideologia como sendo de uma natureza ilusória das ideias, marcada pela simplificação e seletividade. Por fim, Sainsbury (1986) apresenta o último aspecto ideológico, que trata da característica direcional, em que a ideologia estaria condicionada para promover a mudança ou a manutenção do status quo.

Caughey, O'Grady e Warshaw (2019) realizaram ampla pesquisa na Europa para mensurar a política ideológica de massa no continente e suas mudanças entre a década de 80 até o fim da década de 2010. Os autores ressaltam diversas mudanças socioeconômicas e políticas no posicionamento ideológico do eleitor europeu durante esse período. Alguns dos achados apontam, por exemplo, que os europeus, a partir da década de 80, passaram a ter um posicionamento político com viés mais de esquerda no que diz respeito às questões sociais, apesar do viés econômico conservador ter aumentado de forma absoluta.

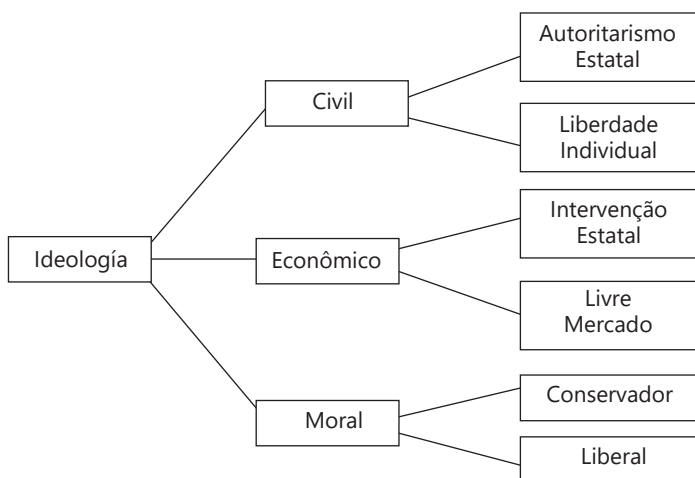


Para mais, Telles e Sotrni (2011) apresentam a ideologia com uma perspectiva funcional, como política de ação-benefício, como política hegemônica, como deslegitimadora e como função de mobilização de grupos sociais.

Já Rothbard (2016), a relaciona de acordo com o grau de liberdade que o indivíduo tem e do autoritarismo estatal, podendo o sujeito se enquadrar em um posicionamento ideológico que permita um grau de liberdade maior ou menor das suas decisões individuais, seja quanto a questões civis, morais e ou econômicas.

Além de se caracterizar como um constructo latente, a ideologia nesse estudo pode ser classificada como um constructo reflexivo, pois é a causa das variáveis e em tridimensional, visto que a dimensão da ideologia, nessa pesquisa, foi decomposta em três categorias: civil, econômico e moral (Costa, 2011). A figura 1 ilustra o discutido.

**Figura 1** – Ideologia e suas categorias



**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Essas três categorias relacionam-se com a perspectiva da liberdade do indivíduo proposta por Rothbard (2016), por exemplo, na categoria Civil, quanto mais favorável for o indivíduo a liberdade, ele estaria mais próximo da subcategoria liberdade individual e de modo oposto, quanto mais favorável a presença do esta-

do na regulação civil, ele estaria mais próximo do autoritarismo estatal, as outras categorias, seguem a mesma lógica de raciocínio.

É importante mencionar também a pesquisa de Ansolabehere, Rodden e Snyder (2008), que discorrem sobre o procedimento para aplicação de surveys para coleta de dados relacionados à posicionamento político e ideologia. Este presente artigo busca contribuir com o debate sobre a literatura relacionada ao posicionamento ideológico e político.

## Metodologia

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, quanto ao seu fim pode ser caracterizada como metodológica – descritiva, porque visa a construção de um instrumento capaz de captar as preferências ideológicas dos eleitores e assim poder expor as características da população e do fenômeno ideológico estudado; quanto ao meio, a pesquisa se divide em duas fases, na primeira fase desenvolve-se um estudo de gabinete para dar conta do entendimento sobre o comportamento do eleitor e do constructo estudado, a segunda fase ocorre em campo para construção e validação do instrumento elaborado (Vergara, 1998; Motta-Roth, 2003)

Os protocolos para construção de escalas de Churchill (1979), DeVellis (1991), Netemeyer, Bearden e Sharma (2003) e Costa (2011) recomendam que, após a definição do constructo, o segundo passo seja a geração de uma amostra de itens. Os itens da escala de preferências ideológica foram elaborados e adaptados a partir das recomendações propostas por Schwartz, Caprara e Vecchione (2010), Oliveira e Turgeon (2015), Amendola (2016) e do teste Eight Values do Individual Differences Research – IDRI labs (2017), desse modo, obteve-se vinte e oito itens.

Netemeyer, Bearden e Sharma (2003) e Costa (2011) recomendam que, ainda na geração da amostra, seja feito um teste de validade de conteúdo por meio do julgamento dos itens por especialistas.

A amostra dos experts para o julgamento dos itens foi feita de forma intencional tendo como critério serem professores universitários de Instituições públicas e ligados às áreas das ciências sociais e humanas (Godoi & Mattos, 2006; Yin, 2016). O quadro 1 simplifica a caracterização dos especialistas.

**Quadro 1** – Caracterização dos Especialistas

Especialistas	Atividade exercida	Tempo de atuação
E1	Estratégia	35 anos
E2	Sociologia	34 anos
E3	Inovação	20 anos
E4	Sociologia	14 anos
E5	Teoria do Processo	5 anos
E6	Antropologia Filosófica	4 anos

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Anuniação, Silva, Santos e Landeira-Fernandez (2018) sugere, que no teste de validade do conteúdo, seja avaliada a coerência, que por sua vez pretende averiguar se o item avaliado mensura o constructo sugerido (“Este item mede aquilo que se propõe?”) e a simplicidade que busca identificar se o item está elaborado de maneira clara o bastante para facilitar o entendimento da amostra pelos indivíduos (“Este item está simples de ser entendido?”). Entende-se como coerência uma medida da validade do conteúdo do item e por simplicidade a compreensibilidade da comunicação desse conteúdo.

Hernández-Nieto (2002) propõe um cálculo para aferir o coeficiente da validade de conteúdo - CVC com a participação entre três a cinco *experts* sobre a temática trabalhada utilizando-se de uma escala *likert* de cinco alternativas (“nenhum pouco”, “um pouco”, “médio”, “muito”, “totalmente”), com isso, calcula-se a média de cada item e em seguida calcula-se o CVC para cada:

$$CVC = \frac{Mx}{Vmáx}$$

$Mx$  representa a média da pontuação aferida pelos *experts* e  $Vmáx$  a nota máxima que o item poderia receber. Para reduzir o risco de vies dos juízes, Hernández-Nieto (2002) propõe o cálculo do erro de cada item ( $Pe_i$ ):

$$Pe_i = \frac{(1)^j}{j}$$

Sendo  $j$  o número de experts que participaram da votação. Assim, o CVC proposto pelos autores se calcula aplicando  $CVC = CVC_i - Pe_i$ , sugere-se aceitar itens que retornem valores superiores ou iguais a 0,70 (Balbinotti, 2004; Anunciação *et al.* 2018).

Além da avaliação da coerência e simplicidade feita pelos juízes, foi solicitado que indicassem algum tema que julgassem relevante a ser abordado que não constava no questionário e se, de acordo com suas experiências, seria mais apropriada uma escala de mensuração com escala Likert par ou ímpar, pois, com um número ímpar de categorias, a posição intermediária na escala é em geral neutra ou imparcial, o que é inexistente com um número par de categorias (Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009; Malhotra, 2001; Costa, 2011).

Com os itens julgados, Churchill (1979) explica que, o terceiro passo trata-se de submeter o conjunto de itens a um pré-teste que contenha um número significativo de respondentes.

O pré-teste foi realizado, por meio de uma amostra de conveniência na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil e retornou um total de 110 respostas, considerado suficiente para essa etapa exploratória da escala (Netemeyer, Barden e Sharma, 2003).

Netemeyer, Barden e Sharma (2003) e Costa (2011) argumentam que, após a primeira coleta, os dados devem ser analisados, por meio de procedimentos que possibilitem o ajuste dos itens, tais como a Análise Fatorial Exploratória – AFE e análises por estimativas de consistência interna.

A AFE, por intermédio da avaliação de um conjunto de variáveis, identifica dimensões de variabilidade comuns em um fenômeno, desvendando estruturas existentes, contudo não identificadas diretamente, sendo essas dimensões comuns denominadas de fator o que permite consultar a correlação entre as variáveis, como método de extração de fatores utilizou-se o do componentes principais por não se ter o conhecimento a priori de como as variáveis estariam relacionadas, em um primeiro momento, o critério escolhido foi o de autovalor  $> 1$ ; além disso, utilizou-se do teste de scree para seleção do número de fatores em momento a posteriori (Costello & Osborne, 2005; Corrar & Dias Filho, 2007; Hair *et al.* 2009).

Para aumentar o poder de explicação da análise fatorial foi realizada uma rotação oblíqua dos fatores pela técnica de oblimin direto, que permite que os fatores se correlacionem e é indicada para objetos de estudo onde a correlação dos fatores permite a inferência de resultados comum nas ciências sociais (Costello & Osborne, 2005).

Assim como o objeto desse estudo trata do perfil ideológico, no qual temas muitas vezes polêmicos conversam entre si, o que leva aos indivíduos a tomarem opiniões diversas e contraditórias ao seu posicionamento, optou-se por essa escolha de rotação (Costello & Osborne, 2005; Rothbard, 2016).

Para verificar a consistência interna da escala, utilizou-se da análise do Alfa de Cronbach, que, segundo Landis e Koch (1997), mensura quanto uma escala é confiável internamente, os autores estabelecem os seguintes parâmetros, conforme quadro 2.

**Quadro 2** - Medidas de acordo para dados categóricos

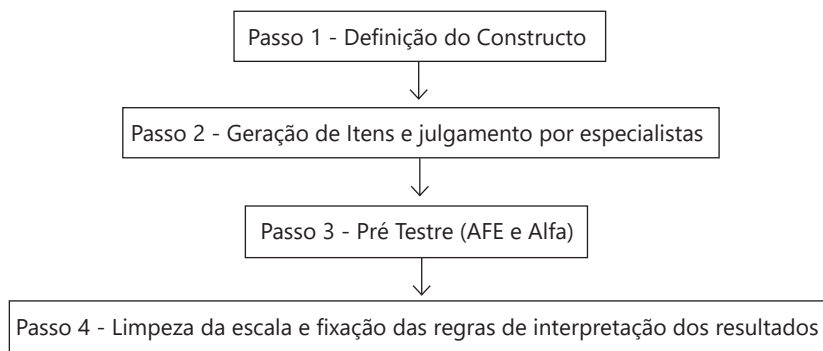
Alfa	Força de Mensuração
<0,00	Pobre
0,00 – 0,20	Leve
0,21 – 0,40	Justa
0,41 – 0,60	Moderada
0,61 – 0,80	Substancial
0,81 – 1,00	Quase Perfeita

**Fonte:** Adaptado de Landis e Koch (1997).

Já Hair (1998) afirma que o alfa de cronbach 0,60 seria um mínimo ideal para pesquisas caracterizadas como exploratórias.

A figura 2 ilustra o processo metodológico perseguido nesse estudo para propor a construção e validação da escala.

**Figura 2** – Passos para construção e validação da escala de preferências ideológicas



**Fonte:** Elaborado pelos autores

## Análise dos resultados

O coeficiente de Validade de Conteúdo para toda a escala, considerando a média do CVC, para cada um dos dois aspectos julgados – coerência do item e clareza – foi 1,12. Para a capacidade de mensuração do item o CVC foi 0,73 e para clareza na compreensão do item o CVC foi 0,77, valores superiores a 0,70 (Balbinotti, 2004; Anunciação et al. 2018).

A tabela 1 demonstra apresentação dos itens com seus respectivos CVC para cada aspecto avaliado pelos seis juízes.

**Tabela 1** - Coeficiente de Validação de Conteúdo.

Número do item	Conteúdo do item	Coerência	Clareza
1	É necessário combater os privilégios dos políticos.	0,93	0,83
2	Universidade pública deve sempre ser gratuita, independente da renda familiar do aluno.	0,77	0,90
3	Os impostos dificultam a geração de empregos no Brasil.	0,70	0,87

4	A maioria penal deve ser reduzida para 16 anos, para melhorar o combate à criminalidade.	0,87	0,77
5	O aborto é um direito da mulher.	0,80	0,97
6	A legalização da maconha aumentaria o consumo, o número de viciados e traria desordem para a sociedade.	0,87	0,77
7	As cotas são necessárias para reduzir desigualdades entre pobres e ricos.	0,83	0,90
8	Um auxílio saúde pago pelo governo às pessoas pobres diminuiria a sobrecarga no SUS.	0,80	0,73
9	A reforma da previdência diminui o direito dos mais pobres.	0,73	0,70
10	A reforma da previdência é necessária para o futuro do país.	0,83	0,70
11	Deveria haver pena de morte no Brasil.	0,77	0,83
12	As Privatizações são fundamentais para o país se desenvolver, ser mais eficiente e justo.	0,93	0,77
13	O cidadão deve ter o direito à posse de arma para proteção da sua família.	0,90	0,87
14	Nossas crianças deveriam ser educadas com valores religiosos ou tradicionais.	0,93	0,77
15	Um mundo melhor surgirá do avanço da ciência, da tecnologia e da automação.	0,63*	0,83
16	A manutenção dos valores familiares é algo essencial para a nossa sociedade.	0,80	0,80
17	O estado deve controlar quantos filhos uma família pode ter com fins de conter uma superpopulação e suas consequências como o aumento da pobreza e seus danos para a sociedade.	0,77	0,67*
18	O governo deve regular as informações nos meios de comunicação como forma de proteger a ordem social.	0,80	0,77
19	O governo deve controlar o conteúdo da internet a fim de evitar fake news e outros crimes digitais.	0,80	0,90
20	As Escolas Públicas deveriam ser geridas por empresas privadas.	0,80	0,83

21	É importante que o governo siga a opinião da maioria, ainda que ela possa estar errada.	0,70	0,77
22	É muito importante a manutenção da lei e da ordem.	0,77	0,80
23	Nossa sociedade era melhor e mais segura décadas atrás.	0,60*	0,83
24	Bandido bom é bandido morto.	0,80	0,77
25	O casamento de pessoas do mesmo sexo deve ser legal.	0,83	0,97
26	Os Homossexuais devem ter os mesmos direitos e benefícios como qualquer outra pessoa na sociedade.	0,53*	0,97
27	A educação sexual das crianças deve ser feita nas escolas.	0,67*	1,00
28	A homossexualidade deve ser discutida nas escolas.	0,60*	0,90

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Do total dos 28 itens que compõem o questionário, apenas 5 itens não obtiveram CVC maior ou igual a 0,70 em relação ao aspecto da coerência, são eles os itens 15 com CVC de 0,63; 23 com CVC de 0,60; 26 com CVC de 0,53, 27 com CVC de 0,67 e 28 com CVC de 0,60. Em relação ao aspecto da clareza, apenas o item 17 não obteve valor de CVC superior a 0,70, obtendo CVC de 0,67. Assim, foram excluídos os itens 15, 23, 27 e 28. O item 17 por ter apresentado CVC de 0,67 muito próximo ao limite proposto na literatura e apenas no aspecto da clareza, foi mantido no questionário.

Em relação ao tipo de escala a ser usada, ímpar ou par, os juízes que se manifestaram a respeito decidiram pela escala par, no intuito de captar o posicionamento do sujeito nos temas, dessa forma foi estruturada uma escala *likert* de 1 à 6 para a escala em desenvolvimento (Hair et al. 2009; Malhotra, 2001; Costa, 2011).

Entre os temas propostos pelos juízes a serem abordados no questionário tem-se: a eficiência e necessidade do governo, eficiência e necessidade das empresas e identificação partidária.

Dessa forma, foram elaboradas e inseridas no questionário as seguintes afirmações: “Um governo eficiente é aquele que aloca recursos em investimentos,



projetos e reduz a burocracia”; “As empresas devem atuar em questões sociais e ambientais”; “O estado é necessário para que haja uma sociedade mais justa”; “O mercado sabe o que é melhor para as empresas.” O questionário, portanto, passou a ter 27 itens, conforme tabela 2 abaixo.

**Tabela 2** – Construção do questionário

Número do item	Conteúdo do item
1	É necessário combater os privilégios dos políticos.
2	Universidade pública deve sempre ser gratuita, independente da renda familiar do aluno.
3	Os impostos dificultam a geração de empregos no Brasil.
4	A maioria penal deve ser reduzida para 16 anos, para melhorar o combate à criminalidade.
5	O aborto é um direito da mulher.
6	A legalização da maconha aumentaria o consumo, o número de viciados e traria desordem para a sociedade.
7	As cotas são necessárias para reduzir desigualdades entre pobres e ricos.
8	Um auxílio saúde pago pelo governo às pessoas pobres diminuiria a sobrecarga no SUS.
9	A reforma da previdência diminui o direito dos mais pobres.
10	A reforma da previdência é necessária para o futuro do país.
11	Deveria haver pena de morte no Brasil.
12	As Privatizações são fundamentais para o país se desenvolver, ser mais eficiente e justo.
13	O cidadão deve ter o direito à posse de arma para proteção da sua família.
14	Nossas crianças deveriam ser educadas com valores religiosos ou tradicionais.
15	A manutenção dos valores familiares é algo essencial para a nossa sociedade.
16	O estado deve controlar quantos filhos uma família pode ter com fins de conter uma superpopulação e suas consequências como o aumento da pobreza e seus danos para a sociedade.
17	O governo deve regular as informações nos meios de comunicação como forma de proteger a ordem social.

18	O governo deve controlar o conteúdo da internet a fim de evitar fake news e outros crimes digitais.
19	As Escolas Públicas deveriam ser geridas por empresas privadas.
20	É importante que o governo siga a opinião da maioria, ainda que ela possa estar errada.
21	É muito importante a manutenção da lei e da ordem.
22	Bandido bom é bandido morto.
23	O casamento de pessoas do mesmo sexo deve ser legal.
24	Um governo eficiente é aquele que aloca recursos em investimentos, projetos e reduz a burocracia.
25	As empresas devem atuar em questões sociais e ambientais.
26	O estado é necessário para que haja uma sociedade mais justa.
27	O mercado sabe o que é melhor para as empresas, por isso o estado não deve interferir.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Além dessas afirmações, foi inserida a pergunta de identificação partidária em forma de lista para aferir qual partido o indivíduo mais simpatizava. Os partidos inseridos foram: *Movimento Democrático Brasileiro – MDB; Partido dos Trabalhadores – PT; Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Progressistas – PP; Partido Democrático Trabalhista – PDT; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Democratas – DEM; Partido Liberal – PL; Partido Socialista Brasileiro – PSB; Republicanos; Partido Social Liberal – PSL; Partido Social Cristão – PSC; Partido Comunista do Brasil – Pcdob; Partido Verde – PV; Partido Socialismo e Liberdade – PSOL; Partido Comunista Brasileiro – PCB; Partido da Mulher Brasileira; Partido Novo; Patriota; Partido Republicano da Ordem Social – PROS*, vale ressaltar que não foi elaborada uma lista exaustiva dos partidos brasileiros, entretanto, buscou-se colocar expoentes de extremos e centro. Além dos partidos listados, colocou-se a opção Nenhum para o indivíduo que não se sentisse representado por nenhum dos partidos listados.

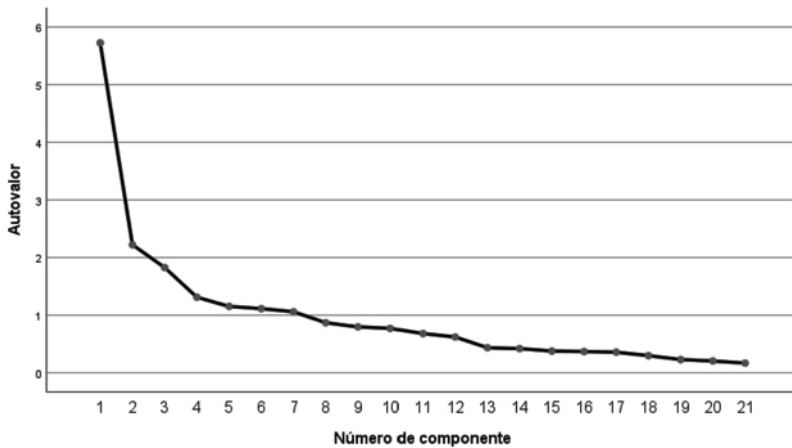
Com todos os itens na escala o pré-teste alcançou um total de 110 respostas, os sujeitos foram homens com 53,6%, mulheres com 45,5% e 0,9% que preferiram não informar o sexo, a renda desses sujeitos variou de 1.254,00 a 10.005,00 reais, sendo a maior faixa de renda composta foi de 2.005,00 até 4.004,00 reais;

quanto ao grau de escolaridade 6,4% possuía o ensino médio, 51,8% eram graduados e 41,8% tinham pós graduação.

O Alfa de Cronbach obtido foi de 0,68, considerado substancial e aceitável (Landis & Koch, 1997; Hair et al. 1998). Entretanto, de acordo com a estatística item-total, o Alfa poderia ser melhorado para 0,74 caso o item 25 fosse excluído, dessa forma optou-se pela exclusão do item com a pretensão de aumentar a confiabilidade interna da escala.

Após a análise de confiabilidade interna pelo Alfa de Cronbach, realizou-se a AFE, por meio do critério de auto valor em um primeiro momento, com isso obteve-se um resultado com 8 fatores, o que proporcionou fatores com apenas dois ou menos itens. Dessa forma, realizou-se o teste de scree para seleção de fatores auxiliado pelo gráfico de escarpa 1:

**Gráfico 1** – Gráfico de Escarpa



**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

O gráfico de escarpa apresenta 4 fatores antes do começo da sua aplainação. Assim sendo, procedeu-se a análise de múltiplos fatores definindo o número de fatores a reter manualmente com preferências para itens que possuíssem cargas fatoriais acima de 0,30, com menor cruzamento de itens e nenhum fator com

menos de 3 itens (Costello & Osborne, 2005). Desse modo, foram analisados a possibilidade de 3 fatores, 4 fatores e 5 fatores, a tabela 3 sintetiza os resultados.

**Tabela 3** – Cargas Fatoriais

Critério	Quantidade de fatores	Quantidade de itens com cargas inferiores a 0,30	Quantidade de itens cruzados	Fatores com menos de 3 itens.
Auto valor	8	8	5	2
Teste de scree	3	3	3	0
Teste de scree	4	3	4	0
Teste de scree	5	3	6	0

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

De acordo com a tabela 3, nota-se que a melhor opção é a de 3 fatores. Assim, optou-se por excluir os itens que não alcançaram o carregamento mínimo de 0,30, que no caso foram os itens 1 - *É necessário combater os privilégios dos políticos*; 5 - *O aborto é um direito da mulher* e 8 - *Um auxílio saúde pago pelo governo às pessoas pobres diminuiria a sobrecarga no SUS*. O resultado das cargas fatoriais pode ser observado na tabela 4.

**Tabela 4** – 3 fatores com itens 1, 5, 8 excluídos.

Itens	Fatores - 1	Fatores - 2	Fatores - 3
2	0,169	0,543	0,170
3	0,425	0,160	0,102
4	0,674	-0,265	0,140
6	0,670	-0,123	0,027
7	-0,337	0,417	0,469
9	-0,173	0,547	0,046
10*	0,140	-0,595	0,128
11	0,693	0,106	-0,056
12	0,535	-0,565	0,066
13	0,554	-0,468	0,092

14	0,784	-0,223	0,110
15	0,685	-0,091	0,264
16	0,332	0,246	-0,158
17	0,648	0,382	-0,163
18	0,401	0,542	0,240
19	0,486	-0,059	-0,195
20	0,065	0,388	-0,036
21	0,488	-0,021	0,450
22	0,777	-0,056	-0,056
24	0,197	-0,066	0,557
25	-0,218	-0,108	0,588
26	0,070	0,128	0,780
27	0,292	-0,477	0,001

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

De acordo com a tabela 4, dois itens retornaram com cargas inferiores a 0,30, foram eles os itens 10 e 27. Dessa forma, os itens foram excluídos e se procedeu uma nova análise, onde os resultados podem ser observados na tabela 5.

**Tabela 5** – 3 fatores com os itens 1, 5, 8, 10 e 27 excluídos

Itens	Fatores - 1	Fatores - 2	Fatores - 3
2	-0,042	0,553	0,171
3	0,347	0,256	0,090
4	0,775	-0,099	0,097
6	0,695	0,044	-0,015
7	-0,429	0,304	0,491
9	-0,397	0,471	-0,023
11	0,602	0,290	-0,093
12	0,734	-0,335	0,004

13	0,729	-0,293	0,048
14	0,849	-0,002	0,053
15	0,727	0,073	0,221
16	0,177	0,380	-0,189
17	0,418	0,588	-0,208
18	0,180	0,641	0,215
19	0,458	0,096	-0,238
20	-0,125	0,452	-0,046
21	0,549	0,042	0,430
22	0,752	0,155	-0,106
24	0,287	-0,023	0,547
25	-0,099	-0,089	0,566
26	0,125	0,120	0,765

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Dessa vez, nenhum dos itens ficou abaixo da carga mínima aceitável de 0,30. Os itens 17 e 21 apresentaram cruzamento, entretanto nos dois casos as cargas fatoriais são superiores a 0,50 o que os tornam significativos para seus respectivos fatores e devido a isso optou-se pela permanência dos itens.

Após os ajustes realizados, analisou-se mais uma vez a confiabilidade interna da escala por meio do Alfa de Cronbach, dessa vez, foi obtido um alfa de 0,79. A tabela 6 resume os Alfas de Cronbach obtidos ao longo do tratamento da escala.

**Tabela 6** – Evolução do Alfa de Cronbach no tratamento da escala

Fase da Pesquisa	Alfa
Escala com dados brutos sem tratamento prévio	0,68
Com a exclusão do item 25	0,74
Com os ajustes orientados pela AFE	0,79

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Ademais, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin que sinaliza o quanto os dados podem ser explicados pelos fatores encontrados e possui significância mínima de 0,50, alcançou, neste estudo uma significância de 0,77 viabilizando a utilização da AFE, outro teste realizado foi o da esfericidade de Bartlett que indica se há relação suficiente entre os indicadores para aplicação da AFE, recomenda-se que não ultrapasse o valor de 0,05 para que tenha significância, neste trabalho o valor retornado foi de 0,000 conforme explicitado na tabela 7.

**Tabela 7**– Teste de KMO e Bartlett

KMO adequação de amostragem.	0,77
	Aprox. Qui-quadrado 795,056
Bartlett	gl 210
	Sig. 0,000

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Dessa forma, seguiu-se o agrupamento dos 21 itens, que passaram por essa etapa de purificação, nos fatores de acordo com suas cargas fatoriais conforme a tabela 5. Assim, o primeiro fator agrupou os itens: 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 21 e 22, sendo o item 14 com a maior carga fatorial. O segundo fator agrupou os itens: 2, 9, 16, 17, 18 e 20, sendo o item 18 com a maior carga fatorial. O terceiro fator agrupou os itens: 7, 21, 24, 25 e 26, sendo o item 26 com a maior carga fatorial.

Hair *et al.* (2009) recomenda que a rotulação dos fatores seja orientada de acordo com o item que possua a maior carga fatorial dentro do fator aliado ao constructo estudado. Desse modo, no fator 1, o item com maior carga fatorial foi o item 14 - *Nossas crianças deveriam ser educadas com valores religiosos ou tradicionais*, é possível inferir que esse item carrega consigo a conservação dos valores tradicionais, além disso dentro desse fator há outros temas que se relacionam com perspectivas alinhadas com o paradigma de um perfil conservador nos costumes e liberal na economia que, segundo Tarouco e Madeira (2013), podem ser caracterizados com de direita, conforme observa-se na tabela 8.

**Tabela 8** – Conservador nos costumes e liberal na economia

F1	3	Os impostos dificultam a geração de empregos no Brasil.
	4	A maioria penal deve ser reduzida para 16 anos, para melhorar o combate à criminalidade.
	6	A legalização da maconha aumentaria o consumo, o número de viciados e traria desordem para a sociedade
	11	Deveria haver pena de morte no Brasil.
	12	As Privatizações são fundamentais para o país se desenvolver, ser mais eficiente e justo.
	13	O cidadão deve ter o direito à posse de arma para proteção da sua família.
	14*	Nossas crianças deveriam ser educadas com valores religiosos ou tradicionais.
	15	A manutenção dos valores familiares é algo essencial para a nossa sociedade
	19	As Escolas Públicas deveriam ser geridas por empresas privadas.
	21	É muito importante a manutenção da lei e da ordem.
22	Bandido bom é bandido morto.	

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

No fator 2, o item com maior carga fatorial foi o item 18 - *O governo deve controlar o conteúdo da internet a fim de evitar fake news e outros crimes digitais*, esse item trata da intervenção estatal no controle dos conteúdos nas mídias digitais o que pode estar relacionado ao descontrole e a quantidade de *fake News* que circulam atualmente nesse meio de comunicação, além disso dentro desse fator há outros itens que se relacionam com temas favoráveis a intervenção estatal tanto na categoria civil, como na categoria econômico da sociedade, corroborando dessa maneira a temas favoráveis a assistência governamental, o que os caracteriza com um perfil de esquerda (Tarouco & Madeira 2013). Conforme apresentado na tabela 9.



**Tabela 9** – Intervenção e Assistência Estatal

F2	2	Universidade pública deve sempre ser gratuita, independente da renda familiar do aluno
	9	A reforma da previdência diminui o direito dos mais pobres.
	16	O estado deve controlar quantos filhos uma família pode ter com fins de conter uma superpopulação e suas consequências como o aumento da pobreza e seus danos para a sociedade.
	17	O governo deve regular as informações nos meios de comunicação como forma de proteger a ordem social.
	18*	O governo deve controlar o conteúdo da internet a fim de evitar fake news e outros crimes digitais.
	20	É importante que o governo siga a opinião da maioria, ainda que ela possa estar errada.

**Fonte:** Elaborado pelos autores

No fator 3, o item com maior carga fatorial foi o item 26 - *O estado é necessário para que haja uma sociedade mais justa*. Notoriamente, coloca o estado com o centro da justiça na sociedade capaz de diminuir a desigualdades sociais, como observado também em outros itens que conversam sobre essa temática dentro desse fator, ademais, acrescenta-se nesse fator aspectos que favorecem a desburocratização do governo, atuação em questões sociais e ambientais das empresas e manutenção da ordem social, portanto podemos inferir que trata-se de um agrupamento com foco na promoção da justiça social, possui o estado como centro e ao mesmo tempo apresenta características conservadoras tradicionais, conforme tabela 10.

**Tabela 10** – A Esquerda Conservadora

F3	7	As cotas são necessárias para reduzir desigualdades entre pobres e ricos.
	21	É muito importante a manutenção da lei e da ordem.
	24	Um governo eficiente é aquele que aloca recursos em investimentos, projetos e reduz a burocracia.
	25	As empresas devem atuar em questões sociais e ambientais
	26*	O estado é necessário para que haja uma sociedade mais justa

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Empiricamente surgiu a partir de um dos juízes da escala, a sugestão de inserir um item que abordasse a identificação partidária – IP, pois o voto também seria direcionado ideologicamente de acordo com a IP.

Diante disso, decidiu-se realizar uma análise descritiva da frequência da IP dos indivíduos da amostra, com a intenção de atender a sugestão do juiz. Dos 110 respondentes, 41 dizem não possuir IP, enquanto 69 tiveram IP com algum dos partidos listados. A tabela 11 mostra como foram divididos os 110 sujeitos nas suas respectivas IPs.

**Tabela 11** – Divisão partidária

Identificação Partidária	Quantidade de Indivíduos por Identificação Partidária
Nenhum	43
Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	3
Partido Democrático Trabalhista - PDT	15
Partido dos Trabalhadores - PT	19
Partido Liberal - PL	1
Partido Novo	6
Partido Social Cristão - PSC	1
Partido Social Liberal - PSL	2
Partido Socialismo e Liberdade - PSOL	17
Partido Verde - PV	2
Patriota	1
Total Geral	110

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Nota-se, que os partidos que apresentam os maiores quantitativos de IPs associados são referentes a partidos de esquerda. Isso ocorre devido a pesquisa ter sido realizada no nordeste do país, uma região que possui em sua maioria eleitores favoráveis a partidos de esquerda (Almeida, 2018).

## Considerações finais

O estudo alcançou o resultado pretendido de propor um modelo para construção e validação de uma escala capaz de agrupar preferências ideológicas, mediante os resultados satisfatórios das análises empreendidas nos passos descritos. Espera-se que essa contribuição sirva de encorajamento aos demais pesquisadores para experimentarem o modelo para a construção de suas escalas.

A ideologia como um componente para direção do voto do eleitorado é um aspecto que ainda precisa ser mais aprofundado, entretanto a pesquisa proporcionou a formulação de uma proposta de validação de escala, em torno de preferências, abordando temas atuais, algo inédito até o presente estudo. Com o desenvolvimento de estudos futuros envolvendo o modelo, aconselha-se a ampliação do número de respondentes com todos os itens inclusos e uma nova rodada com os passos já descritos. Para que se possa avançar mais, sugere-se acrescentar uma fase posterior com acréscimo de mais uma análise AFE e uma Análise Fatorial Confirmatória, finalizando com uma limpeza e fixação de regras para interpretação.

Para checar as contradições envolvidas nas posturas ideológicas, sugere-se realizar o cruzamento das respostas obtidas na questão de IP com as respostas dos respondentes sobre os temas abordados.

Apesar da contribuição que o estudo traz, houve uma limitação quanto a quantidade de respostas obtidas. Assim, recomenda-se para estudos futuros uma amostra significativa o suficiente para garantir o critério da representatividade.

Além disso, é sugerido também um estudo com abordagem qualitativa relacionando os temas abordados com a identificação partidária, em forma de grupo focal para identificar a ação da interação social sobre a atitude ideológica e seu posicionamento partidário.

## Referências

- Almeida, A. C. (2018). O voto do brasileiro. Rio de Janeiro: Ed.Record.
- Amendola, D. Apresentação. (2016). In *"Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade"*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Ansolabehere, S., Rodden, J., and Snyder, J. M. (2008). The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, 102(2), 215-232. <https://doi.org/10.1017/S0003055408080210>.

- Anunciação, L., Silva, R. S., Santos, F. A., and Landeira-Fernandez, J. (2018). Redução da Escala Tendência Empreendedora Geral (TEG-FIT) a partir do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) e Teoria da Resposta ao Item (TRI). *Recadm*. 17 (2), 192-207. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2018008>.
- Balbinotti, M. A. A. (2004). Estou testando o que imagino estar? Reflexões acerca da validade dos testes psicológicos. *Técnicas projetivas: produtividade em pesquisa*, 1(2), 22-26. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n21/n21a05.pdf>.
- Barros, D. F., Sauerbronn, J. F. R., and Ayrosa, E. A. T. (2012). Representações do eleitor: revendo teorias e propondo novos caminhos. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 477-491. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000200007>.
- Bezerra, F. A. Análise Fatorial. (2007). In: Corrar, L. J., Paulo, E., and Dias Filho, J. M. (Eds). *Análise Multivariada Para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas (pp. 73-129).
- Carreirão, Y. D. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 307-339. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200004>.
- Caughey, D., O'GRADY, T. O. M., and Warshaw, C. (2019). Policy ideology in European mass publics, 1981–2016. *American Political Science Review*, 113(3), 674-693. <https://doi.org/10.1017/S0003055419000157>.
- Churchill, G. A. (1979). A Paradigm for Developing Better Measures of Marketing Constructs. *Journal of Marketing Research*, 16(1), 64–73. <https://doi.org/10.2307/3150876>.
- Costello, A. B., and Osborne, J. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical assessment, research, and evaluation*, 10(1), 7. <https://doi.org/10.7275/jyj1-4868>.
- Costa, F. D. (2011). Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, (pp.90-106).
- Converse, P. E. (2006). The nature of belief systems in mass publics (1964). *Critical review*, 18(1-3), 1-74. <https://doi.org/10.1080/08913810608443650>.
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: theory and Applications*. Thousand Oaks : Sage Publications.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135-150. <https://www.jstor.org/stable/1827369>.
- Eigth Values Political Test. *Individual References Recherche – IDR labs*. Disponível em: <https://www.idrlabs.com/8-values-political/test.php>. Acesso em: 03/03/2021.
- Flick, U. (2012). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Fuks, M., and Marques, P. H. (2020). Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, 26(3), 401-430. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263401>.
- Godoi, C. K., and Mattos, P. L. (2006). Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., and Barbosa da Silva, A. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva.
- Izumi, M. Y. (2019). Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. *Opinião Pública*, 25(1), 29-62. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925129>.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., and Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman editora.

- Hernández-Nieto, R. A. (2002). Contributions to statistical analysis. Universidad de Los Andes. [https://www.scirp.org/\(S\(lz5mqp453ed%20snp55rrgjt55\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2052386](https://www.scirp.org/(S(lz5mqp453ed%20snp55rrgjt55))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2052386)
- Hinich, M. J., and Munger, M. C. (1994). *Ideology and the theory of public choice.*: Michigan :University of Michigan Press.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., and Gaudet, H. (1948). *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign.* Nova York : Columbia press university
- Landis, J. R., and Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33 (1), 159-174. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/843571/>.
- Lodge, M., Steenbergen, M. R., and Brau, S. (1995). The responsive voter: Campaign information and the dynamics of candidate evaluation. *American political science review*, 89(2), 309-326. <https://doi.org/10.2307/2082427>.
- Lau, R. R., and Redlawsk, D. P. (2006). *How voters decide: Information processing during election campaigns.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Lucian, R., and Dornelas, J. S. (2015). Mensuração de atitude: proposição de um protocolo de elaboração de escalas. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(2), 157-177. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151559>.
- Oliveira, C., and Turgeon, M. (2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, 21(3), 574-600. <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213574>
- Netemeyer, R. G., Bearden, W. O., and Sharma, S. (2003). *Scaling procedures: Issues and applications.* Thousand Oaks: Sage Publications.
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada.* Porto Alegre: Bookman Editora.
- Popkin, S. L. (2020). *The reasoning voter: Communication and persuasion in presidential campaigns.* Chicago : University of Chicago Press.
- Rothbard, M. N. (2016). *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade.* Instituto Ludwig von Mises Brasil. <https://mises.org.br/Ebook.aspx?id=58>.
- Rossiter, J. R. (2008). Content validity of measures of abstract constructs in management and organizational research. *British Journal of Management*, 19(4), 380-388. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2008.00587.x>.
- Sainsbury, D. (1986). The end of ideology debate revisited: An appraisal of definitional and theoretical issues. *Scandinavian Political Studies*, 9(2), 111-128. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.1986.tb00340.x>.
- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., and Vecchione, M. (2010). Basic personal values, core political values, and voting: A longitudinal analysis. *Political psychology*, 31(3), 421-452. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00764.x>.
- Silva, É. R. T., and Mainardes, E. W. (2018). Fatores que segmentam os Eleitores Brasileiros na Escolha do Candidato. *Caderno Profissional de Marketing-UNIMEP*, 6(2), 1-19. <https://www.cadernomarketingunimep.com.br/ojs/index.php/cadprofmkt/article/view/75>.
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989.* São Paulo: Edusp.
- Sniderman, P. M., Brody, R. A., and Tetlock, P. E. (1991). The role of heuristics in political reasoning: A theory sketch. *Reasoning and choice: Explorations in political psychology*, 14-30. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511720468.003>.

- Tarouco, G. D. S., and Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e política*, 21(45), 149-165. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.
- Telles, H. D. S., and Storni, T. P. L. (2011). Ideologia e valores: o voto dos eleitores de direita e de esquerda. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 1(1), 87-146. <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/IdeologiaRevisto-30-maio-2011.pdf>.
- Telles, H. D. S., Lourenço, L. C., and Storni, T. P. L. (2009). Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e cultura*, 12(1), 91-116. <https://doi.org/10.5216/sec.v12i1.6903>.
- Vergara, S. C. (1998) Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Ed. Atlas.
- YIN, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso Editora.